



# Revista GeoUECE

## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ - POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONTRACOLONIZAÇÃO, TERRA-TERRITÓRIO, CORPOS E AMBIENTES

**Rosânia do Nascimento**

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Marcos Mondardo**

Universidade Federal da Grande Dourados

*Quando nós falamos tagarelando  
E escrevemos mal ortografado  
Quando nós cantamos desafinando  
E dançamos descompassados  
Quando nós pintamos borrando  
E desenhamos enviesado  
Não é porque estamos errando  
É porque não fomos colonizados<sup>1</sup>*

*Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo (2020).*

Com a poesia do pensador Antônio Bispo dos Santos, neto de Manuel Macero e filho de Pedrina Maria de Jesus, nascido no Vale do Rio Berlingas, antigo povoado Papagaio, hoje município de Francinópolis, e criado/formado na Comunidade Quilombola Saco-Curtume, no município de São João do Piauí/PI, abrimos essa gira. O mestre quilombola se autodefine como intérprete, tradutor e lavrador de palavras de seu povo quilombola e/ou afro-pindorâmico, mas o nosso intento, de modo algum, é traduzi-lo aqui para o público-leitor. O **Dossiê Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais: contracolonização, terra-território, corpos e ambientes** se fundamenta nas premissas da contracolonização.

Assim sendo, como contracolonizar? É possível a existência de uma ciência contracolonizadora? É possível contracolonizar corpos, saberes, práticas e éticas na produção

---

<sup>1</sup> Esse trecho foi retirado de depoimento gravado durante a quinta edição do “Mekukradjá: construção de pontes”, realizado em novembro de 2020. O conteúdo pode ser acessado na íntegra pelo Canal Itaú Cultural no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdGJxw>. Acesso em 09 de dezembro de 2024.



de conhecimentos *desde* Pindorama/Abya Yala/América Latina? Para início de conversa, as indagações fazem parte do processo de contracolônização. Em participação no Mekukradjá, veiculado pelo canal do Itaú Cultural no Youtube, Antônio Bispo dos Santos (2020), ou Nêgo Bispo como ficou conhecido no seio da militância social a partir do final dos anos 1980, no Piauí, ensina o seguinte: “Nós entendemos que as perguntas são que ensinam, as respostas são que nos fazem aprender. Mas as perguntas são que ensinam, quem responde é quem aprende”. Segundo o educador Paulo Freire (1985), a pergunta tem o potencial de aprofundar a reflexão crítica. Em uma relação de ensino-aprendizagem, quem responde à pergunta deve evitar o procedimento autoritário de quem detém o rigor acadêmico. A importância de perguntas formuladas em consonância com a teoria-prática nos permite avançar para resoluções democráticas.

Assim, podemos ainda nos interrogar mais uma vez: é possível contracolônizar a Academia? É possível confluir os conhecimentos, práticas, saberes e fazeres dos povos originários/indígenas e os povos e comunidades tradicionais<sup>2</sup> nos espaços de produção hegemônica de conhecimentos, como tem sido as instituições científicas e de ensino superior no país? Primeiramente, precisamos confluir mais uma vez nessa gira, assim, retomar o livro “Colonização, Quilombos: Modos e significados”. Nele, Antônio Bispo dos Santos (2015) se dedica a analisar os processos de colonização e invasão europeia (branca-euro-cristã) e a perscrutar a contracolônização produzida pelos povos indígenas e africanos nas Américas. Perceba que o autor reitera que é uma leitura entre muitas possíveis, portanto, ao contrário da prerrogativa colonialista e supremacista branca, Antônio Bispo dos Santos (2015) não está interessado em afirmar a primazia do seu pensamento.

No processo da colonização e invasão europeia, tanto no continente africano quanto nas chamadas Américas, existiam milenarmente inúmeros povos e suas cosmologias. De modo que a força colonialista a partir do século XVI começa a negar as autodenominações e, de maneira generalizada, impõe-lhes denominações colonialistas (negros, índios) cindidas à colonialidade de gênero (Lugones, 2020), como estratégia para enfraquecer as identidades, as línguas, corpos-territórios e as cosmologias politeístas. Segundo Nêgo Bispo (2015), desde o princípio da colonização europeia o intuito estava posto: os colonialistas se propuseram a coisificar e desumanizar com o apoio irrestrito da igreja católica, exercendo papel central na cosmologia monoteísta, como o próprio mestre demonstra ao analisar as bulas papais na primeira seção intitulada “Leituras sobre a colonização” (Bispo dos Santos, 2015).

---

<sup>2</sup> Neste dossiê, temos o entendimento que frente aos ataques atuais que advêm do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e das instâncias da própria Administração pública federal, os povos indígenas têm cada vez mais defendido o seu direito originário no Brasil, como apregoado pela Constituição Federal de 1988. Em respeito à sua autodeterminação, optamos por grafar o termo povos indígenas/originários. A nomenclatura “Povos e Comunidades Tradicionais (PCT’s), engloba a premissa de grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, compreendendo a autodeterminação e autodenominações de pelo menos 28 grupos/segmentos, segundo o Decreto 6.040/2007 (Brasil, 2007), entre eles, Andirobeiras, Apanhadores/as de flores sempre vivas, Caatingueiros/as, Caiçaras, Catadores/as de mangaba, Cipozeiros/as, Extrativistas, Faxinalenses, Quilombolas, Pescadores/as Artesanais e Ribeirinhos/as, entre outros grupos étnico-raciais diferenciados.



Em respeito à sua obra escrita e oral, queremos apresentar a maneira como a força das águas está entremeada às cosmologias politeístas. É importante trazer a dimensão fundamental das águas em seu pensamento por dois motivos principais. Primeiro, a depender de determinados espaços de circulação das obras e do legado de Nêgo Bispo, o viés determinista ambiental apregoadado à cosmologia monoteísta da ciência se faz imperar em análises e falas públicas de sujeitos e grupos. Isto posto, Antônio Bispo dos Santos (2015) é um autor fincado na encruzilhada de ambientes, como veremos a seguir, mas é associado erroneamente ao domínio das “secas”, como se a vida não pudesse confluir em convivência com o/no semiárido/caatinga.

Segundo, como defendido pelo mestre Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021, p. 55), “a água é um fundamento de luta: ela é condição da nossa própria sobrevivência. Então, é tarefa revolucionária cuidar de cada nascente, fonte, açude, rio, mangue e das marés”, isto se chama de soberania hídrica. No capítulo “Quilombo Pau D’arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a continuidade coletiva”, a quilombola engenheira agrônoma Valéria Pôrto (2020), afirma que a luta dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) pode ser compreendida em sua profundidade pela luta por terra-território, justiça agrária/fundiária e água.

Dito isto, perceba que ao apresentar a hegemonia da cosmologia monoteísta, Antônio Bispo dos Santos (2015), reportando-se à sua geração-avó na figura de Mãe Joana, defende as re-existências dos povos politeístas frente aos processos históricos, culturais e econômicos da colonização e invasão das cosmologias monoteístas nas Américas. Assim:

Aí lembrei de Mãe Joana, onde é que o saber vai? Lembrei de Mãe Joana que, um dia, tinha um barulho nos astros, assim, no céu. Perguntei à Mãe Joana, que zoada é aquela ali? É o Rio do Céu. Quando ela me mandou a pergunta, falei, caramba, é pelo Rio do Céu, minha querida. As águas evaporam aqui, formam uma nuvem e chovem do outro lado do oceano e confluem com as outras águas. Então, a água doce transflui o oceano. Então, aí quero entender como é que nosso saber veio de África para cá, transfluiu pela cosmologia e confluuiu aqui com outras cosmologias. Então, a confluência é esse grande encontro cosmológico de maneira de pensar, de sentir. É o encontro dos sentidos, dos sentimentos, é o encontro das vidas. E ela não acontece por acaso, ela não é coincidência, é diferente de coincidência. Coincidência é uma coisa que não se explica, mas a confluência se explica. Então, a confluência é o encontro de seres, de vidas que se compartilham. Isso só acontece em cosmologias politeístas, porque as pessoas se compreendem como parentes, como amigos, como seres próximos. Na cosmologia monoteísta, isso não acontece. Os colonialistas não confluem com a gente, porque eles são mono. O mundo deles só cabe um, só cabe um Deus, só cabe uma certeza, só cabe uma verdade, só cabe um jeito de ser. Então, a confluência é isso. **A transfluência é como nós nos movemos e a confluência é como nós compartilhamos as nossas vidas com outras vidas** (Antônio Bispo dos Santos em participação no Mekukradjá, no canal do Itaú Cultural no Youtube, em 2020), grifos nossos.

Voltamos à nossa primeira indagação: Como contracolonizar? Precisamos entender que a trajetória de Antônio Bispo dos Santos (2015), de maneira alguma, se propõe a ser legitimada pela institucionalidade governamental e/ou privada. A sua prerrogativa de mestre tradicional se



afirma em profunda relação cosmológica com a sua geração-avó, geração-meio e geração-neta. Nesse sentido, a posicionalidade e a senioridade são instâncias importantes, afinal, evita-se a premissa estática, autoritária e fixa, tendo em vista que uma pessoa no transcurso da sua vida pode *estar* na condição de geração-avó, geração-meio e/ou geração-neta, é assim que se dá a continuidade da vida e das existências quilombolas e/ou afro-pindorâmicas.

Assim, ele afirma que a linguagem acadêmica não precisa capturar a confluência, pois “a confluência, para ficar mesmo, é na linguagem orgânica, porque é na linguagem orgânica que a confluência acontece. Na linguagem acadêmica não acontece nada, só a linguagem mesmo. Ora, se ela entrar para a linguagem acadêmica, ela vai ficar nas prateleiras” (Bispo dos Santos, em participação no Mekukradjá, no canal do Itaú Cultural no Youtube, em 2020).

Em “Fazer um retorno: contribuição ao caminho de pesquisa”, Antônio Bispo dos Santos (2020, p. 37) enfatiza que “não são os riscos e os rabiscos e os desenhos nos papéis que movem nossas vidas”. Durante as duas últimas décadas, de modo mais amplo no cenário nacional e internacional, o mestre tradicional do Quilombo Saco-Curtume, no Piauí, tem circulado por diversos espaços como as universidades públicas, cátedras universitárias, seminários, simpósios de categorias profissionais, encontros, conferências e eventos dos movimentos sociais e/ou articulações comunitárias e multiétnicas. Como designado pelos seus mestres e mestras de ofícios tradicionais como tio Norberto Máximo, Mãe Joana, Mãe Francisca, tia Antônia, tio Gonçalo, o seu papel foi traduzir a oralidade para a escrita, e vice-versa, em virtude dos ataques orquestrados pelos colonialistas (empreendimentos capitalistas e latifundiários) na segunda metade do século XX.

Percorrendo o seu próprio pensamento circular, é possível entender a valoração atribuída aos conhecimentos orgânicos por Antônio Bispo dos Santos (2020), haja vista que além de mestre tradicional e, portanto, pensador e intelectual arrojado, ele contribuiu por mais de uma década e meia com o projeto Encontro dos Saberes, desenvolvido inicialmente no âmbito do Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da Universidade de Brasília (INCTI/UnB), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sendo resultado dos processos de luta pela implementação da Política de Ações Afirmativas<sup>3</sup> nas universidades públicas, depois da luta histórica por emancipação pelos movimentos sociais negros e indígenas, a trajetória de Nêgo Bispo encorajou rupturas importantes ao denunciar publicamente o racismo, a desigualdade social e a faceta perversa colonialista monoteísta nessas instituições.

Em alinhamento aos pressupostos do antropólogo Kabengele Munanga (2020), podemos dizer que Antônio Bispo dos Santos em alto e bom som, na cadência de sua poesia e no gingado do seu corpo-território, proferiu que o “ninho do colonialismo” ainda está presente nas instituições brasileiras e continua a envenenar as práticas racistas e elitistas intrínsecas às relações na produção de conhecimentos. Nesse momento de abertura, disputas e tensões vivenciados por mestres/as tradicionais, estudantes cotistas (da graduação e pós-graduação), e

---

<sup>3</sup> Estamos nos referindo à Lei nº 12.711/2012 que garante a reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras para os seguintes grupos: população negra (pessoas autodeclaradas pretas e pardas), indígenas, pobres e/ou pessoas egressas das escolas públicas.



outros grupos de contextos tradicionais e territorializados como periferias, aldeias, assentamentos, comunidades, a indígena antropóloga Célia Xakriabá (2018, p. 50) reflete sobre os desafios de indigenizar a universidade e trazer o giz para nossas vidas, ou seja: “o maior desafio seria o de demarcar e reinscrever o espaço acadêmico segundo a nossa própria lógica e visões de mundo”.

Voltando à sua participação no Mekukradjá, Antônio Bispo dos Santos (2020) defende que os saberes e conhecimentos não devem ser mercantilizados, conforme aprendeu com seu tio Norberto Máximo.

Então, eu vou contar aqui uma passagem muito importante na minha vida, que foi exatamente o rito de passagem de um dos meus grandes mestres, Tio Norberto Máximo, desse plano para a ancestralidade. Tio Norberto me chamou em um quarto, pediu para fechar a porta, trancar por dentro, para a gente conversar. E ele começou dizendo: “Olha, a comida já não me alimenta mais, eu enfraqueço a cada dia, o remédio não enfraquece mais a doença, então, eu estou passando, estou indo”. E eu perguntei: “E o que o senhor tem a me dizer?”. Ele disse: “Olha, eu quero lhe dizer que não tive filhos, mas criei muitos filhos. Nunca fui rico, mas sempre comi e dei de comer”. Aí ele disse isso e começou a chorar. E eu fiquei ouvindo, depois resolvi perguntar: “Por que o choro? Se o senhor se diz satisfeito com a vida, se o senhor se diz contemplado com a sua passagem, por que o choro?”. Ele disse: “Eu estou chorando porque lhe ensinei tudo o que eu sabia, mas eu não sabia tudo o que eu queria lhe ensinar. Mas, mesmo assim, eu quero lhe dizer que, enquanto você passar para as outras gerações, aquilo que eu passei para você, mesmo que eu esteja enterrado, estarei vivo. **Mas, no dia em que você deixar de passar para as outras gerações, isso que eu recebi de outras gerações que estou lhe passando, mesmo que eu esteja presente, eu estarei morto.** Então, a minha vida, a partir de hoje, está nas suas mãos. A minha vida está na sua vida” (Antônio Bispo dos Santos em participação no Mekukradjá, no canal do Itaú Cultural no Youtube, em 2020), grifos nossos.

Cumprindo a sua missão, Nêgo Bispo nos enfeitiçou e semeou inúmeras sementes. Para a elaboração da proposta do **Dossiê - Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais: contracolonização, terra-território, corpos e ambientes** à Revista GeoUECE, em 2023, lançamos mão de uma palavra germinante de Nêgo Bispo, não usamos a palavra “conceito” por considerarmos legítima a sua crítica à sua aplicação irrestrita por pesquisadores/as acadêmicos/as. Assim, nos guiamos a partir da necessidade de demonstrar como a colonização precisa ser combatida e enfrentada em nossas práticas, corpos e feitura.

Depois de dois meses que a chamada deste Dossiê havia sido lançada publicamente, Nêgo Bispo ancestralizou-se em 03 de dezembro de 2023. Como dito oralmente por ele em tantos momentos dos quais participamos ao longo da nossa trajetória acadêmica, “a ancestralidade o segura no colo”. Naquela altura, durante o mês de dezembro de 2023, a cuia de sementes havia sido derramada em solo fértil, restava-nos então seguir a energia confluyente, render gente e sonhar com a colheita farta. Não deu outra, respeitosa e nos incorporamos à gira aberta por ele e seu povo quilombola e/ou afro-pindorâmico, como afluentes que rabiscam meandros no relevo terrestre, nos lençóis freáticos e nos rios voadores da atmosfera terrestre, confluímos aprendizados, compartilhamentos e reflexões.

Para dar prosseguimento à proposta, convidamos o artista visual, pesquisador e arte-educador Carlos Henrique da Silva, que faz morada em Teresina, no Piauí, para ilustrar a capa



deste Dossiê. Em seus próprios dizeres, em comunicação por e-mail, afirmou o seguinte: “a colagem digital do mestre surgiu para celebrar, para memorar, ou seja, guardar na memória para jamais ser esquecido, é celebrar seus ensinamentos, seus feitos, sua trajetória, é manter viva sua, nossas histórias”. Em segundo lugar, assumimos o compromisso de ampliar ao máximo a chamada do referido Dossiê para atingirmos pesquisadoras e pesquisadores oriundas/os da população negra, indígena/originária e dos povos e comunidades tradicionais de diversos territórios. Assim, este mesmo compromisso ético e político se fez refletir na convocação de pareceristas destes grupos étnicos-raciais e culturalmente diferenciados, presentes também no referencial bibliográfico que orienta esta publicação.

Neste volume, nos lançamos ao encontro dos ambientes que gestaram a existência de Nêgo Bispo. Na mesa “Confluências e escrevivências: muito mais que rimas”, organizada em 2023 pela Festa Literária das Periferias (FLUP), ocorrida no Morro da Providência, no Rio de Janeiro-RJ, considerada a primeira favela histórica do Brasil, Antônio Bispo dos Santos nos contou um pouco sobre ser nascido em uma encruzilhada de ambientes, conforme trecho de sua fala transcrito a seguir:

Fui criado em uma comunidade no Vale do rio Berlengas, no estado colonialista denominado Piauí. Nesse lugar que fui criado é uma encruzilhada de biomas, é onde a caatinga se encontra com os cerrados, cocais e um pouco com a pré-Amazônia. Então fui criado em uma confluência de biomas, um encontro. Foi dialogando com todas as vidas nesse ambiente que fui elaborando perguntas, porque na minha compreensão são as perguntas que ensinam. Toda pergunta traz embutida uma resposta. Quando a gente pergunta, a gente não quer só saber. Antes a gente quer confirmar o que a gente já sabe ou quer acrescentar algo no que a gente já sabe (Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo. Youtube, 15 de outubro de 2023).

Como fazer estes riscos e rabiscos fazerem sentido aos ensinamentos semeados por Nêgo Bispo? Segundo os fundamentos africanos e afrodiaspóricos, a palavra cantada é entoada por todo o corpo, o corpo negro e quilombola não se cindem à dicotomia entre corpo e mente, como ficou cristalizado no pensamento ocidental branco-euro-cristão. Para Nilma Lino Gomes (2017, p.94), “o corpo negro não se separa do sujeito. A discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente”. Em suas aparições públicas, o ato de declamar poesias marcou profundamente o enfeitamento que sentimos ao nos encontrar com Nêgo Bispo.

Dito isto, Antônio Bispo dos Santos (2023) faz questão de ser repetitivo em suas falas públicas, como ele próprio afirmava, também escutava inúmeras ladainhas universitárias e de funcionários/as das instituições públicas e privadas que estavam, em determinados casos, contrários aos direitos das comunidades quilombolas, sobretudo, no que tange aos irrestritos licenciamentos ambientais que permitiram a implantação de megaempreendimentos sobrepostos aos territórios tradicionais para favorecer o turismo predatório, mineração, indústria naval, petrolífera, energética, agronegócio, entre outros. Assim, ele aporta em sua fala exemplos da encruzilhada dos ambientes em que nasceu e cresceu no Vale do Rio Berlengas, reportando-se com muita frequência aos bichos, às festas, à produção de alimentos providos



de roças quilombolas e indígenas, à convivência com o semiárido/caatinga, cocais, cerrados e outros ambientes.

Para a pescadora quilombola Elionice Conceição Sacramento (2022), da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição, no município de Salinas da Margarida, Recôncavo baiano, devido ao projeto colonialista do Estado burguês e do capitalismo em negar historicamente educação formal aos quilombolas e à população negra, durante muito tempo o ato de lavar a terra, pescar, dar conta da atividade extrativista nas matas, águas e ambientes costeiros-marinhos e fluviais eram vistas como atividades menores e envergonhavam as pessoas e coletividades específicas que as praticavam.

No sentido de contraporem-se à lógica colonialista, Antônio Bispo dos Santos (2023) e Elionice Conceição Sacramento (2022) potencializam os conhecimentos tradicionais gestados nas roças quilombolas e indígenas. Para o primeiro autor, os ambientes possibilitam espacialidades polifônicas, pois por meio destes as pessoas oriundas das comunidades tradicionais transmitem ensinamentos a partir dos cantos dos pássaros da caatinga, do borbulhar e cheiros que exalam dos manguezais e do canto de pássaros que se arvoram em dendezeiros, por exemplo, como demonstra também o mestre Nildo Sacramento, pescador e agricultor do Quilombo Pesqueiro Graciosa, no Baixo Sul da Bahia, em entrevista concedida a Andréa Souza Bomfim e Rosânia do Nascimento (2024).

Com o poder da circularidade e do respeito aos mais velhos e mais velhas, dos/as jovens e crianças, os processos de ensino-aprendizagem perpassam a feitura de um cofo, de um balaio, ou da escuta-atenta de um vissungo (cânticos e liturgias de origem africana que se mantém nos reinados negros, congadas, reisados, moçambiques) que Nêgo Bispo aprendeu em suas andanças e parencças com as terras mineiras. Certa feita, em entrevista concedida à Revista *Revestrés* (2024), Antônio Bispo dos Santos respondeu sobre a importância dos cantos e poesias em seu modo de pensar. Para ele, as chamadas místicas usadas pelos movimentos sociais, sobretudo pelo Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais sem Terra (MST) e na rede agroecológica, derivam das manifestações culturais africanas, afrodiáspóricas e indígenas. Como sabido, elas são dotadas de significados, significações e valores profundos, confirmadas pelos ofícios tradicionais, honrarias e cargos litúrgicos, religiosos, espirituais e/ou sacerdotais dos mestres e mestras em seus respectivos territórios tradicionais como comunidades, aldeias, favelas, assentamentos rurais e terreiros.

Com a sagacidade de quem enuncia a partir da coletividade e da posição de tradutor do seu povo quilombola e/ou afro-pindorâmico, ele relembra Mãe Sebastiana, da Comunidade de Carrapatos da Tabatinga, em Minas Gerais, já ancestralizada. Dileta filha de Oxóssi, Mãe Tiana, como ficou conhecida nos movimentos sociais, foi uma importante matriarca quilombola e sacerdotisa. Portanto, Mãe Tiana, como carinhosamente é chamada até hoje, carregava em seu corpo vários signos que a destacavam por seu pertencimento étnico-racial e sacerdotal. Tudo isso se fazia representado em seu corpo, sua indumentária, sua fala, dos cantos de pontos de umbanda cantados por ela à maneira firme de interromper o fluxo da atividade e tomar para si a mediação com a elegância, segurança e autoridade atribuídas a ela em décadas de existência e senioridade (Andrade; Fernandes, 2020).



No início de 2023, o mestre Antônio Bispo dos Santos compartilhou a fala com o intelectual caribenho Malcom Ferdinand no âmbito da mesa<sup>4</sup> “Aquilombar o Antropoceno, Contra-colônizar a Ecologia”, este último é autor do livro “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho” (Ferdinand, 2022). Nela, Antônio Bispo dos Santos chama atenção para a relação unívoca entre o envolvimento das comunidades tradicionais e o contracolônialismo. Pensando nos efeitos nefastos provocados pelos eventos extremos climáticos na atualidade, o mestre não limitou-se a circular nos espaços institucionais governamentais, aproximou-se de sujeitos e grupos organizados em favelas e comunidades.

Na leitura do livro “A terra dá, a terra quer”, Antônio Bispo dos Santos (2023), com toda sua crítica à cosmofobia das cidades, reitera que já foi morador do bairro São Cristóvão nos idos de 1980, situado no Rio. Em suas andanças nas grandes cidades, ele se sente acolhido, respeitado e reconhecido como “embaixador das favelas” do Pereirão, em Santa Teresa, do Complexo da Maré e do Complexo do Alemão, os dois últimos situados na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Durante a mesa “Aquilombar o Antropoceno, Contra-colônizar a Ecologia”, já mencionada, ele respondeu à provocação sobre outra palavra que está na boca da academia: Agroecologia. O mestre Antônio Bispo dos Santos (2023, p.27) registra sua crítica à forma como se institucionaliza conceitos apartados dos conhecimentos e práticas tradicionais, ele acrescenta que: “Não há festa sem comida nem comida sem festa, assim como não há comida sem plantio. As comidas típicas de cada festa acompanham o modo de vida compartilhado e o ciclo de plantio”. Nêgo Bispo tem toda razão, da cachaça produzida em um alambique, familiar ou comunitário, que anima o velório de um ente querido, ao fabrico de farinha e beiju nas casas de farinha, bolos, doces e bolachas que dão sentido às romarias, procissões e rezas até as comidas que avivam as místicas dos sindicatos rurais, movimentos e organizações comunitárias e nos mutirões feitos para se realizar o casamento na roça e/ou a construção de residência de um jovem casal de comunidade, persistem vivos os ensinamentos e as práticas compartilhantes dos/as afroconfluentes e dos povos indígenas. Todo esse manancial nutre a Agroecologia.

Em relação à agroecologia e à agenda ambiental frente às mudanças climáticas e aos eventos extremos provocados pelo modo de produção capitalista em relação profunda com o colonialismo e o racismo ambiental, acreditamos ser importante frisar dois pontos. Primeiro, insistimos na defesa da compreensão dos ambientes do nosso principal interlocutor em nossas análises, por isso, enfatizamos a importância do Vale do Rio Berlengas e da convivência com o semiárido/caatinga pelos povos e comunidades tradicionais. Ter sensibilidade em relação ao lugar de origem de Antônio Bispo dos Santos é um exercício criativo, respeitoso e necessário, principalmente para o segmento do seu público-leitor que sequer tem noção da diferença entre o mandacaru e o xiquexique.

---

<sup>4</sup> A mesa foi realizada no âmbito do Fórum do livro Uma Ecologia Decolonial, organizado pelo Centro de Estudos Ameríndios (CEstA), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH-USP, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-USP) e Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA-USP).



Sabemos da importância fundamental das florestas tropicais na agenda ambiental e ecológica na atualidade. Como demonstrado anteriormente, Mãe Joana ensinou para Nêgo Bispo (2024) a relevância dos chamados “rios voadores” em confluência com o continente africano e as Américas. Assim, a sociobiodiversidade da caatinga, cocais e cerrados também importa, ela resulta das práticas dos/as afroconfluentes e dos povos indígenas/originários em um “habitar-junto”, como veremos à frente, com outros seres como espécies de cactos como a coroa-de-frade e o quipá, frutos como pitomba, seriguela, umbu, cajá, caju, e animais como mandaçaia, curimatã-pacu e a preguiça-de-chifres. Além disso, o legado da confluência dos povos indígenas e dos/as afroconfluentes se faz notar na forma sofisticada que atribuíram nomes às espécies endêmicas da caatinga, dos cocais, dos cerrados, dos rios e da toponímia das localidades/quilombos/aldeias que revelam a história, cultura e resistência contracolonizadora da Região Nordeste.

Segundo, apoiando-se no livro fundamental “Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900”, de Alfred Crosby (2011), Malcom Ferdinand (2022) defende que o imperialismo perpassa o nível econômico e político, pois subjuga a conexão ontológica e ecológica com a terra. Em algumas leituras, trata-se da origem dos impactos ambientais de nossos tempos, no entanto, o martinicano defende que falemos em “matricidas da plantation”. Do ponto de vista da ciência geográfica, há outra passagem muito cara ao longo da obra que é a aposta em uma ideia de “ruptura ecumenal”, termo que Malcom Ferdinand (2022) toma emprestado do geógrafo Augustin Berque. Para nossa comunidade, o “ecúmeno” tem sido usado como termo que se refere à ocupação humana de uma área geográfica.

Para Malcom Ferdinand (2022), os povos originários, ancestrais dos grupos étnico-raciais do mundo caribenho e latino-americano, sofreram genocídios, como sabemos, alguns foram extintos e outros se reagrupam em novas coletividades/povos indígenas pelo continente e ilhas, mas todos, de alguma forma, passaram pela ruptura ontológica de uma área geográfica ocupada por seus ancestrais e antepassados/as. O autor estende essa compreensão às pessoas escravizadas africanas, oriundas de diversos povos e áreas geográficas diversas do continente africano. A travessia do Atlântico não se encerrou no desembarque nas Américas, ela inaugurou a política do porão que, por sua vez, nega a humanidade do/a escravizado/a Preto/a (preferência editorial da tradução), pois aquele escravizado/a não é o/a Outro/a, ele é ‘o fora’.

Esse argumento é poderoso para enfrentar os dispositivos jurídicos que tentam negar nas batalhas judiciais e no âmbito dos procedimentos administrativos de regularização fundiária quilombola, no Brasil, o direito ancestral e acesso das comunidades quilombolas aos seus territórios tradicionais. Na defesa da agroecologia e de outras políticas de imaginar outros mundos possíveis, ou como tem sido dito nos fóruns internacionais de medidas de convivência e resiliência às mudanças climáticas, faz-se necessário o entendimento que para avançarmos enquanto sociedade global é preciso abandonar a sacralização cristã da terra e a química dos senhores coloniais. Assim sendo, precisamos retomar a premissa ancestral de um “habitar-junto”, conforme defende o filósofo Malcom Ferdinand (2022).

Em relação a esses pressupostos, Antônio Bispo dos Santos, mais uma vez, nos deixa seu legado a partir da seguinte reflexão:



Só para a gente também não botar muita coisa só para o nosso lado, a primeira grande confluência que nós tivemos foi cosmológica. Foi quando o povo foi trazido de África para cá e, através das plantas, do vento, das águas, se entendeu com os povos originários daqui, falando uma língua diferente oralmente, falando palavras diferentes. Mas, pela linguagem cosmológica, nós tivemos a primeira grande confluência. Nós nos entendemos através dos demais seres. A segunda grande confluência foi na Constituição, pela lógica do direito, pegando o direito colonialista para transformar em nossa defesa. E a grande e mais importante confluência cosmológica é agora. Agora caíram por terra as teorias, caíram por terra as dissertações, porque agora o que vale são as cosmologias. **E, por falar em cosmologia, as cosmologias politeístas, afrodiáspórica, afroindígena, afro-quilombola, ou originariamente desse lugar, essas cosmologias, a partir de agora, é que estão dando o tom. E, com certeza, o mundo será muito melhor a partir dessa grande confluência cosmológica** (Antônio Bispo dos Santos em participação no Mekukradjá, no canal do Itaú Cultural no Youtube, em 2020), grifos nossos.

## UM GIRO PELO DOSSIÊ

Abrimos o presente Dossiê com duas entrevistas realizadas com pessoas oriundas dos povos indígenas/originários e comunidades tradicionais, partindo da inspiração em coletâneas como “Resistências e re-existências: Mulheres, territórios e meio ambiente em tempos de pandemia” (Paim, 2020) e “Mulheres de terra e água” (Losito, 2022). Em “Um enflorar na Organização de Mulheres Indígenas: Protagonismo e Narrativas da liderança Xíu Shanenawa”, Alessandra Severino da Silva Manchinery organiza o depoimento de Xíu Shanenawa. Atualmente, essa liderança indígena cursa Administração pelo Instituto Federal de Rondônia e coordena a Organização de Mulheres Indígenas do Acre, do Sul do Amazonas e do Noroeste de Rondônia. Nesse sentido, ela apoia-se em seu protagonismo e resistência para nos apresentar suas trajetórias na defesa dos direitos indígenas, sobretudo, no que tange à saúde. Diante dos percalços vividos nos contextos urbanos, ela demonstra como tecer sua rede de apoio e mobilização junto a outras indígenas mulheres dos povos Yawanawa, Huni Kuin, Apurinã e Shanenawa que lidam com o trabalho doméstico nas cidades. Como ela mesma enfatiza em seu depoimento, o seu papel é de mediação e interlocução para que as “instâncias reconheçam o papel e importância ativa e histórica da mulher indígena dentro e fora das aldeias”.

Em “‘O mar e a terra são territórios’: Ensinamentos do Senhor Nildo Sacramento Bomfim, do Quilombo Pesqueiro Graciosa-BA”, Andréa Souza Bomfim e Rosânia do Nascimento entrevistam a liderança Nildo Sacramento. Nela, o pescador/agricultor percorre sua trajetória de vida, lembrando a importância da sua parentela e rede comunitária para demonstrar como se dava a organização política e social do Quilombo Pesqueiro Graciosa antes da chegada dos empreendimentos do turismo predatório e da carcinicultura, no transcurso dos anos 1980 em diante. Pensando nas especificidades do seu território, o pensador quilombola destaca a importância da relação dos/as quilombolas, pescadores/as artesanais com os ambientes, incluindo a maré, os manguezais, rios, cachoeiras, terra e o mar.

No artigo “Os desafios da migração diária para a formação superior dos estudantes da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (CQDJ) em Muricilândia-TO”, Antônia Márcia Duarte Queiroz e Lucas Espindola da Silva investigam por meio de abordagem metodológica



quanti-qualitativa a perspectiva educacional dos/as estudantes quilombolas oriundos/as da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (CQDJ), situada em Muricilândia-TO. Para a autoria em voga, esses sujeitos enfrentam desafios de cursar o ensino superior que envolvem a migração pendular, tendo em vista a necessidade de deslocamentos diários entre dois municípios, a saber, Muricilândia-TO, a cidade de origem, e Araguaína-TO, cidade onde se localiza a instituição pública mais próxima, a Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT. O artigo tem grande importância para fomentar a importância da Política de Ações Afirmativas voltadas para estudantes quilombolas e, ao mesmo tempo, ratifica a importância de políticas públicas de permanência e diplomação desse grupo social em específico.

Na trilha dos povos indígenas/originários, no artigo intitulado “Awa Papehapoha: um estudo sobre educação escolar entre os Awá Guajá/MA”, Rosana de Jesus Diniz Santos, Iara Tatiana Bonin e Marilda da Conceição Martins analisam o processo de implantação da escola entre os Awá Guajá a partir de experiências desenvolvidas em comunidades deste povo que contaram com a participação de membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Seguindo a abordagem etnográfica, elas desenvolveram o estudo nas aldeias Awá e Tiracambu, Terra Indígena (T.I) Caru, situada no município de Bom Jardim, no Maranhão. No final, elas concluem que ao contrário de outras iniciativas feitas por organizações e entidades da sociedade civil, a escola foi implantada por uma demanda e necessidade manifestada pelos/as indígenas Awá, tendo sido orientada por metodologia participativa e fundamentada no diálogo com a cultura, a língua, os conhecimentos e os saberes/fazeres deste povo em questão.

Neste volume, recebemos a versão bilíngue, em português brasileiro e inglês, do estudo “Percepção ambiental dos ribeirinhos sobre a poluição e qualidade da água do médio rio Tocantins, Maranhão”. Segundo os/as estudiosos/as, o estudo investigou a percepção ambiental dos/as ribeirinhos sobre a qualidade da água do rio Tocantins, essencial para a população maranhense, mas que enfrenta degradação ambiental devido ao crescimento urbano, desmatamento, exploração, poluição e falta de saneamento rural. A pesquisa, realizada de agosto a dezembro de 2023 com 50 entrevistados/as em quatro pontos ao longo do rio, revelou que a maioria dos/as ribeirinhos reside na área há mais de 10 anos e depende dos recursos pesqueiros do rio para consumo e comercialização. Além disso, a maioria não possui rede de esgoto em suas residências, destacando a necessidade da implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) e outras medidas para preservar o meio ambiente, visando a conservação e preservação dos recursos naturais e a garantia do acesso a serviços básicos de saneamento urbano e rural para essa população tradicional.

Ainda sobre as experiências do Maranhão, temos o artigo “Referenciais curriculares para a educação escolar indígena do Maranhão: reflexões sobre formação docente e escola indígena”. Nele, os/as pesquisadores/as analisam a contribuição dos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Maranhão (RECEIMA) para a formação de professoras(es) maranhenses. Além deste, outros objetivos se somam neste artigo: a) analisar o processo histórico de formulação do RECEIMA para a Educação Escolar Indígena do Maranhão, b) Investigar os princípios político-pedagógicos que sustentam a elaboração do RECEIMA e c) caracterizar a concepção de formação de professoras(es) presente no



RECEIMA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se apoiou na revisão de literatura e na análise documental. Segundo as/os autoras/es, a pesquisa evidenciou que a construção do RECEIMA apresentou avanços e conquistas para a Educação Escolar Indígena no Maranhão, a saber: profissionalização dos professoras(es) das escolas indígenas; incentivo à construção de projetos políticos pedagógicos das escolas indígenas; inserção da parte diversificada do currículo, acrescentando Direito Indígena e Língua Indígena como componentes curriculares diferenciados; apoio à elaboração de materiais didáticos específicos para as escolas indígenas, dentre outros.

Na sequência, no artigo “Práticas de cuidado em saúde numa comunidade quilombola do agreste alagoano”, Raul Santos Brito, Maria Aparecida Silva Santos, Saulo Luders Fernandes e Liliana Parra-Valencia analisam as narrativas sobre as práticas de cuidado presentes em uma comunidade quilombola no agreste de Alagoas. Para isso, procuram identificar as práticas de cuidado em saúde presentes no território quilombola e compreender como as questões étnico-raciais se implicam na manutenção das práticas de cuidado em saúde produzidas na comunidade. Devido à situação de pandemia de Covid-19, que nos obrigou a adotar medidas de isolamento social, optaram por realizar entrevistas semiestruturadas com cuidadores/curadores e usuários das práticas de cuidado em saúde presentes no território quilombola. Para isso, contaram com a participação de uma agente local, moradora, e uma das lideranças da comunidade que participou não só da mediação, mas de todo processo de campo e de elaboração das análises. Após as entrevistas, a partir da análise temática, foi definido pelos/as autores/as duas unidades temáticas: Práticas de cuidado em saúde presentes na comunidade; Quintal, folhas, chás e garrafadas ou outras formas de falar em cuidado, em que foram analisadas a partir das narrativas negras implicadas. Ao final, as moradoras/es quilombolas apontaram para as plantas e outras práticas que fazem uso de folhas e raízes como conhecimentos ancestrais que se reconfiguram no presente a partir de uma ética do cuidar.

Ainda sobre as comunidades quilombolas da Região Nordeste, no artigo “Autorreconhecimento quilombola: Uma análise sob a perspectiva educacional geográfica na comunidade Serra dos Mulatos em Jardim-CE”, Alcides Furtado Brito, Otávio José Lemos Costa e Tiago Cartaxo de Lucena revelam que múltiplos fatores, incluindo a dificuldade histórica de acesso à educação, a falta de formação específica dos/as professores/as na área étnico-racial, a ausência de professores/as quilombolas e a falta de autocrítica em relação à fragilidade do sistema educacional, impedem o autorreconhecimento da comunidade quilombola. Esse artigo endossa a importância da Educação Escolar Quilombola e outras políticas públicas educacionais voltadas para a educação das relações étnico-raciais nos contextos tradicionais e nos bancos escolares de todo o país. Como sabido, a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que orienta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola reconhecem a importância da valorização da cultura, identidade e história quilombola no processo de ensino-aprendizagem, além de estabelecer diretrizes para a organização e funcionamento das escolas quilombolas no país.



No artigo “Hoje em dia, tudo mudou porque não há mais florestas”: resistindo às ruínas: lutas Guarani-Kaiowá, etnoconservação e defesa dos territórios”, Sônia Pavão, Gislaíne Monfort e Laura Jane Gislotti procuram compreender, por meio de uma reflexão coletiva entre pesquisadoras indígenas e não-indígenas, como o avanço do agronegócio resulta na pilhagem e expropriação de territórios Guarani Kaiowá. Para isso, as autoras analisam o contexto da questão agrária em Mato Grosso do Sul e o conflito provocado pela ofensiva ruralista, cujo processo de expansão acompanha o acirramento dos impactos territoriais e ambientais em terras indígenas. Por outro lado, o texto pretende colaborar, em diálogo com investigações conduzidas por pesquisadores e pesquisadoras Guarani Kaiowá, com a proposição de uma etnoconservação fundamentada nas tecnologias ancestrais e autonomias como paradigma da defesa dos territórios e da possibilidade de recomposição ambiental em terras saqueadas pelo Estado e pelo capital. Com métodos participativos, o estudo foi construído em diálogo com três xamãs da Reserva Indígena Limão Verde (MS). Além disso, o estudo baseou-se em diálogo transdisciplinar entre a Etnobiologia, a Biologia da Conservação e a Geografia Agrária. No cenário de catástrofe ambiental conduzidos pelas frentes de colonização em territórios Guarani Kaiowá, a memória das insurreições e a tecnologia ancestral das práticas bioculturais e dos sistemas socioecológicos alicerçam novos paradigmas de etnoconservação a partir das formas próprias de gestão territorial como modos de resistir, enfrentar e irromper as ruínas.

No artigo “Políticas públicas de segurança alimentar e Quilombolas: uma discussão de território, governança e economia política”, Eliane Alves da Silva, Eugênio Avila Pedrozo e Tania Nunes da Silva investigam como as políticas públicas de segurança alimentar contribuem para a manutenção do território quilombola. Para atingir o objetivo proposto, as/os pesquisadoras/es optaram por uma pesquisa de natureza qualitativa-descritiva, utilizando-se como estratégia a análise comparativa entre estudos de caso e entrevistas semiestruturadas. Os municípios selecionados foram Montes Claros, no estado de Minas Gerais, e Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Ambos possuem CRQs que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As/os autoras/es verificaram com este estudo que quando a CRQ possui governança territorial e leva em consideração algumas questões de economia solidária, as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) contribuem em sua consolidação. Assim, defendem que o papel da extensão rural e da participação social da comunidade são fatores determinantes.

Em continuidade à temática das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o artigo “A Lógica de desenvolvimento, impacto ambiental e a atual situação alimentar dos Indígenas Akwẽ-Xerente”, de Cássia Araújo Moraes Braga, Reijane Pinheiro da Silva e Reilane Carvalho Machado dos Santos, apresenta a atual situação alimentar do povo indígena Akwẽ-Xerente, resultado da lógica de desenvolvimento e impacto ambiental em que estão inseridos. Os dados compõem uma pesquisa de campo em andamento com aproximações etnográficas realizada entre o povo indígena Akwẽ-Xerente, do Tocantins. Segundo informado pelas autoras, a pesquisa, de base qualitativa, está em fase de coleta de dados, usando como procedimento técnico a realização de entrevistas semiestruturadas visando compreender se as políticas públicas implementadas para Segurança Alimentar entre o povo indígena Akwẽ-Xerente, considerando a diversidade étnica que caracteriza suas práticas culturais alimentares,



saberes e interpretações. Esse estudo tem apresentado questões importantes para o debate e reflexão sobre as mudanças climáticas experimentadas nos últimos anos no Brasil e sobre as experiências dos povos indígenas, uma vez que eles estão sentindo os efeitos desses impactos ambientais há anos.

No artigo “As interações entre Unidade Sustentável e a Comunidade Quilombola do Cumbe: APA de Canoa Quebrada pelo olhar do geoturismo”, Amadeu Correia Batista Neto examina a relação entre uma categoria de unidade de conservação e sua comunidade tradicional, o Quilombo do Cumbe, em Aracati, no Ceará, e os usos possíveis para o geoturismo. Para isso, ele apresenta a principal problemática como a comunidade quilombola em voga lida com os conflitos socioambientais e quais potenciais caminhos de combate ao racismo ambiental. Segundo revela o autor, o estudo demonstrou que mesmo com a regulamentação da APA de Canoa Quebrada tem sido complexo e delicado a questão de uso do ar, solo e água na gestão territorial e ambiental da região tão visada por empreendimentos neoliberais, além da ineficiência do Estado como agente mediador de interesses. Por fim, o autor concluiu que o Quilombo do Cumbe enquanto ambiente interpretativo para o geoturismo segue com os desafios de garantir os direitos básicos para sua população tradicional como também apresenta abertura para economias circulares e diálogo com a cultura e patrimônio.

No artigo “Corpos-territórios das mulheres Guarani e Kaiowá: violência e colonialidade”, de Roberto Chaparro Lopes apresenta um quadro da violência sofrida por mulheres indígenas Guarani e Kaiowá no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul. A violência é analisada como um fenômeno multifacetado, que pode ser entendida a partir de seu caráter de uso e abuso de força física e excesso de poder, bem como lida conjuntamente como se vinculando à colonialidade. Para isso, o autor fez uso da pesquisa documental junto aos jornais e documentos produzidos pela Kuñangue Aty Guasu, grande assembleia das mulheres do povo Guarani Kaiowá. Para isso, discute os dados a partir dos conceitos de colonialidade e corpo-território. Entre os principais resultados, ele observou que os municípios que mais apresentam casos de homicídios de mulheres indígenas são Dourados e Amambai, bem como a importante presença de casos em aldeias. Os homicídios atingem mulheres de todas as idades e se grafam em seus corpos através de ferimentos brutais. Verifica-se ainda casos de racismo religioso contra rezadoras tradicionais, marcados por perseguições e torturas. Os dados expõem que a violência contra os corpos-territórios das mulheres Guarani e Kaiowá se pautam em uma territorialidade de violação e dominação estabelecida pela colonialidade.

No artigo “As trajetórias afro-diaspóricas na reterritorialização afro-brasileira e suas memórias de resistência negra no século XX”, Jucilane Carlos e Luís Fernando da Silva Laroque identificam nos contextos socioambientais a reterritorialização a partir da ancestralidade afro-brasileira no povoado Mata Fome, situado no município de Bacabal, no Maranhão. Associa-se o nome do povoado ao nome de uma fruta local e à sua geografia, composta pelo Rio Bambu, o lago do Mata Fome e igarapé, relacionando sua identidade com a terra para se viver, trabalhar e comer. Para isso, a autoria coletiva fez uso da etnografia por meio de incursões ao povoado, registros em diários de campo e a realização de entrevistas, além da revisão bibliográfica sobre a temática. Assim sendo, este conjunto de procedimentos



possibilitou a recomposição de memórias dos sujeitos pesquisados por entre fios e rastros. Foi verificado que as relações entre afro-brasileiros com sujeitos externos ao grupamento fragmentaram o acesso e a permanência no território, modificaram as relações comunitárias e familiares, além da insistência do apagamento da identidade afro-brasileira. Assim, consideraram que o autorreconhecimento coletivo e individual é intrínseco à apropriação e permanência no território, derivando na reparação histórica e social.

Ainda sobre comunidades quilombolas, no artigo “Gestão territorial e a sustentabilidade de um quilombo: mudanças, estratégias de enfrentamento, ressignificações”, de Amilton Pereira dos Santos, Carlídia Pereira de Almeida, Michelle Oliveira de Matos e Valéria Pôrto dos Santos analisam como o Quilombo Pau d’Arco e Parateca faz a gestão territorial levando em consideração a sustentabilidade sem perder de vista as mudanças necessárias, as lutas, as estratégias de enfrentamentos e resistências. Este quilombo parte do município de Malhada, localizado na região sudoeste do estado da Bahia e integra o Território da Cidadania Velho Chico. O trabalho, escrito por intelectuais e pesquisadores/as quilombolas, busca visibilizar tal comunidade quilombola e seus sujeitos sociais, pois entendem que o território é um guardião de conhecimentos e de relações ancestrais importantes para a sobrevivência humana e de outros seres. Para isso, as/os autoras/es realizaram rodas de conversa com homens e mulheres que não somente são moradores/as da comunidade, mas são também guardiões em relação aos saberes repassados. Assim, o artigo conclui que o legado de resistência e organização apresentado pelo Quilombo Pau d’Arco e Parateca é uma inspiração para as gerações futuras, mostrando a importância de valorizar e proteger as terras e tradições ancestrais. A luta pelo território e pelo direito à pesca é um reflexo da determinação e do compromisso desta comunidade em defender o que é dela por direito.

Ainda na Bahia, o artigo “Regulação fundiária na implantação de parques eólicos em comunidades tradicionais do semiárido baiano”, de Renata Alvarez Rossi e Paulo Ricardo da Costa Reis, investiga o processo recente de implantação de parques eólicos em territórios tradicionalmente ocupados por comunidades de fundos de pasto no semiárido baiano, com o objetivo de subsidiar a atuação de governos e movimentos sociais no processo de regularização fundiária. Para isso, a autoria coletiva estrutura a sua análise por meio dos conceitos de acumulação por espoliação e chantagem locacional de investimentos, com ênfase na discussão acerca da perda de controle sobre a terra e o território, a partir de movimentos realizados pelas corporações capitalistas. Em sua reflexão crítica sobre a regularização fundiária, consideram os ideais de solidariedade e da propriedade comunal da terra das comunidades tradicionais para a produção de novos modos de relação com a natureza.

Voltando aos povos indígenas/originários, no artigo “Planalto Santareno: Autodemarcação do território indígenas dos Munduruku”, Dayanny Barros da Silva e Randerson Sousa Monteiro Junior analisam as lutas pelas r-existências dos indígenas Munduruku, no município de Santarém-Pará. A região do Planalto Santareno é dominada pelo agronegócio e, conseqüentemente, esse processo influencia no desmatamento, impactando diretamente na vida dos/as indígenas. O território indígena é composto por quatro aldeias em processo de demarcação. As constantes ameaças e o desmatamento predatório resultaram na autodemarcação do seu território, que para geografia esse processo é uma alternativa de luta e



resistência desses povos. Além disso, a visão de território para os povos indígenas é além de uma extensão de terra, ou seja, ela envolve ancestralidade, histórias e geosimbologias. É importante destacar que os limites da autodemarcação para esses povos são baseados nos seus conhecimentos tradicionais repassados de geração em geração. Assim, a autoria coletiva afirma que a autodemarcação representa mais do que a delimitação de uma terra, mas sim a esperança dos Mundurucu do Planalto Santareno em proteger sua identidade/ancestralidade, seus recursos naturais e principalmente, seu território.

No artigo “Seu Justo, um lavrador do ‘tempo maior da grilagem’ à luta quilombola, Cíndia Brustolin e Horácio Antunes Sant’ana Júnior partem das experiências políticas do lavrador quilombola Seu Justo Evangelista Conceição para focar a complexidade da constituição da luta quilombola, que eclodiu no Brasil após a década de 1990, e que se constitui como importante estratégia de combate ao racismo, à concentração fundiária e de enfrentamento ao avanço de políticas predatórias no campo brasileiro. Para isso, demonstram o enfrentamento político construído nos múltiplas e históricas ações dos grupos negros em diversos recantos do país, principalmente, nas áreas rurais. É dos atos de resistência cotidiana e também de processos organizativos que a experiência de Seu Justo ressoa, imprimindo reflexões. Na comunidade negra de Tingidor, Seu Justo começa a participar das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Ação Cristã no Meio Rural (ACR) e da criação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ). As conversas realizadas entre 2017 e 2020, juntamente com material bibliográfico, fornecem suporte para as considerações traçadas neste texto discute a partir do pensamento de Seu Justo as mazelas postas aos povoados negros na região de Itapecuru Mirim, no Maranhão, frente às tentativas de expulsão relacionadas ao avanço de fazendas e de projetos desenvolvimentistas sobre territórios negros e os fortes processos de resistência traçados nos anos de luta pela terra e por dignidade para as comunidades negras.

No cenário internacional, a professora Lia Pinheiro Barbosa nos brinda com o seu artigo intitulado “O Comum e a Não Propriedade”: a ontologia Zapatista na defesa do território e no confronto ao ontocídio do capital no Sul Global”. Nele, ela apresenta a concepção de território e da defesa dos comuns à luz da ontologia política e da luta autônômica do Movimento Zapatista, no México. Para a autora, as matrizes ontológicas e epistêmicas da autonomia Zapatista constituem um elemento fundamental no enfrentamento do ontocídio, histórico método do capital para expandir-se territorialmente. Nessa perspectiva, é possível obter aprendizagens da autonomia Zapatista que podem inspirar e dialogar com outros processos de defesa territorial correntes no Sul Global, como a proposta política do “Comum e a Não Propriedade”. Para isso, a discussão é estruturada em: a) o materialismo histórico-dialético na abordagem das reconfigurações do capitalismo contemporâneo e as estratégias de expropriação dos territórios; b) a abordagem das categorias terra, território e territorialidade à luz da geografia agrária crítica e da sociologia territorial; c) os estudos da antropologia linguística maia para a compreensão das matrizes ontológicas e epistêmicas que fundamentam a concepção do território sob a ótica zapatista; d) o estudo teórico-empírico da experiência do Zapatismo.



Em referência direta à intelectualidade indígena da atualidade, a professora Jamille da Silva Lima-Payayá nos oferece ricas reflexões no seu artigo intitulado “Desterrados em nossa própria terra, a Yapira Payayá no processo de retomada do Território Indígena”. A autora aborda a história do povo Payayá, que já contou com contingente populoso exponencial na Bahia, mas que se situa no contexto do enfrentamento ao colonialismo no Brasil. Os Payayá sofreram diversas violências no decorrer da história, como o desterramento sistemático, estupros e tiveram sua extinção declarada pelo Estado. No final do século XX, o povo Payayá iniciou um movimento de retomada de seu território indígena, denominado Yapira. Esse território emergiu como um lugar de identidade, autonomia e re-existência para o povo Payayá. O artigo discute o processo de desterramento como uma estratégia de dominação colonial, apontando a importância do lugar para os processos de retomada dos povos indígenas.

Voltando ao Ceará, no artigo “Conflitos e danos socioambientais da produção de energia eólica na Comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil”, o autor José Auricélio Gois Lima examina o processo histórico e os rebatimentos da territorialização de um complexo eólico na Comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati/CE. Para isso, ele buscou compreender as práticas territoriais do projeto como um dos mecanismos de acumulação por despossessão e como regime de desapropriação. José Auricélio Gois Lima constatou, assim, que o caráter apropriativo do complexo de energia desarticulou e fragmentou territórios, conduzindo paradoxalmente os sistemas ambientais dos quais a comunidade tradicional usufrui por meio de relações indissociáveis, além de estabelecer conflitos territoriais e desmobilização coletiva. A produção de energia eólica em larga escala se baseia essencialmente em uma lógica de apropriação exclusiva de recursos da natureza localizados sobre o território tradicional.

Ainda no Ceará, em seu artigo intitulado “Toda mulher negra é um quilombo: protagonismo feminino na Comunidade Quilombola Serra do Evaristo (Ceará - Brasil)”, Juliana Murta de Lima, Raimundo Nonato de Lima, James Ferreira Moura Júnior e Camila Ricarte Dantas Carvalho investigam os processos de resistência elaborados a partir da ancestralidade, das lutas, e do cotidiano de mulheres negras da comunidade quilombola da Serra do Evaristo no estado do Ceará, Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo, mais especificamente um estudo de caso realizado por meio de uma Pesquisa Ação Participante (PAP) realizada na comunidade focalizada. Por meio da Análise Crítica do Discurso como categoria analítica e o Feminismo Negro para a fundamentação teórica do estudo, as pesquisadoras e pesquisadores consideram que os resultados apontam que a relação com o território e com a natureza são parte importante na elaboração de estratégias de resistência a diferentes tipos de opressão vivenciados por mulheres quilombolas. Assim, a oralidade é a base sólida necessária para a transmissão do cuidado e das práticas tradicionais de uma geração a outra.

Ainda permanecendo em territórios tradicionais do Ceará, recebemos a contribuição primorosa de Cássio Expedito Galdino Pereira, Maria Raynara de Brito Macedo, Fabiana Gonçalves de Souza, Francisco Joedson da Silva Nascimento e Emerson Ribeiro. No artigo “Mapeando deslocamento dos povos indígenas romeiros em Juazeiro do Norte, Ceará”, os/as autores/as buscam apresentar os resultados de um projeto de extensão da Universidade Regional do Cariri sobre os deslocamentos e circuitos ritualísticos dos povos indígenas durante as romarias. A pesquisa mapeou as diferentes etnias/povos indígenas/originários indígenas da



Região Nordeste que se deslocam para o município de Juazeiro do Norte, no Ceará, com foco na análise socioespacial da presença desses povos e em seus aspectos religiosos.

Por fim, no relato de experiência intitulado “Ao olho de vidro: refazendo os caminhos ancestrais das águas, das matas, pedras e grutas da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição-BA”, Edielso Santos Barbosa, do Território do Guai-BA, Elionice Conceição Sacramento, do Quilombo Conceição-BA, e Manuela Ferreira apresentam um relato de experiência do sentir, pensar e vivenciar, tendo sido fruto da realização da demanda de chegar a Gruta de Sultão das Matas, entidade espiritual cultuada pelo povo de Conceição em uma área sacralizada denominada Olho de Vidro ou pelo povo do Olho de Vidro que passou a morar em no Quilombo Conceição, no Recôncavo baiano. Para isso, buscam desmistificar a narrativa de que não existem caminhos para o Olho de Vidro e, de igual modo, desmontar a falaciosa construção de um local distante e inacessível. Esse relato de experiência tem grande importância para as discussões de metodologias participativas e engajadas, oferece suporte de como sistematizar algumas orientações do trabalho em campo a partir da experiência de campo. No decorrer do percurso realizado pelos/as ativistas-pesquisadores/as, com uma caminhada que durou de cerca de nove horas, realizada em região de mata (restinga e remanescente de mata atlântica), marcada por tipos diferentes tipos de vegetação e solos diversos composto de barro de tauá, tarioba, areia branca, pedras, e areia preta, esse relato de experiência mostrou o quanto o campo se torna indispensável para a investigação e pesquisa em contextos tradicionais. Além de tudo, oferece reflexões inovadoras sobre trabalho em campo.

### **AGRADECIMENTOS**

A produção deste Dossiê deve muito à colaboração, paciência, compartilhamentos e parceria estabelecida com a equipe editorial da Revista GeoUECE. Nesse sentido, queremos externar os nossos sinceros agradecimentos à Professora Dr<sup>a</sup> Denise Cristina Bomtempo e ao Professor Dr<sup>o</sup> Cláudio Smalley Soares Pereira, ambos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE) e ao suporte técnico deste periódico. Estamos agradecidas/os pela colaboração afetuosa do artista visual e arte-educador Carlos Henrique da Silva por ter cedido sua colagem artística à capa do Dossiê.

Sem a colaboração de pareceristas (jovens pesquisadoras/es e experientes professoras/es universitários e ativistas), autoras e autores oriundos de contextos diversos e plurais, este trabalho não seria possível. Essa experiência baseada nos ensinamentos do mestre Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, nos demonstrou a importância de reconhecermos a coletividade e o olhar cuidadoso para as práticas de cuidado e autocuidado entre nós. Ao mesmo tempo, é importante saudar a vida, o descanso, as festas, a comunalidade que se confirmam na importância da corporeidade, práticas, éticas e formas de imaginar mundos possíveis para além daquele legado da colonização monoteísta.

### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Sandra Maria da Silva; FERNANDES, Ana Carolina Araújo. “Eu sempre fui atrevida”: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres Quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra; Sueli Carneiro, 2020, p.109-128.



AQUILOMBAR O ANTROPOCENO, CONTRA-COLONIZAR A ECOLOGIA FÓRUM DO LIVRO UMA ECOLOGIA DECOLONIAL. Convidados: Antônio Bispo dos Santos e Malcom Ferdinand. Realização: Centro de Estudos Ameríndios (CEstA), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH-USP, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-USP) e Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA-USP). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k&t=1662s>. Acesso em: 25 de dezembro de 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos**: Modos e significados. Brasília-DF: INCTI/UnB, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A pesquisa e os saberes tradicionais: fazer um retorno: contribuição ao caminho de pesquisa. In: SANTOS, Abrahão de Oliveira (Org). Saberes plurais e epistemologias aterradas: caminhos de pesquisa na psicologia e nas ciências humanas. Niterói-RJ: Eduff, 2020.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Começo, meio e começo. [Entrevista concedida a André Gonçalves, Maurício Pokemon, Samária Andrade, Wellington Soares e à convidada Maria Sueli Rodrigues de Sousa, Professora e Doutora em Direito, Estado e Constituição (UnB)]. Texto e edição: Samária Andrade. Revista Revestrés. Teresina-PI. 14 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://revistarevestres.com.br/entrevista/comeco-meio-e-comeco/>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 07 de julho de 2024.

BOMFIM, Andréa Souza; NASCIMENTO, Rosânia do. O mar e a terra são territórios”: Ensinamentos do Sr. Nildo Sacramento Bomfim, do Quilombo Pesqueiro Graciosa-BA. Revista GeoUECE, [S. l.], v. 13, n. 25, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/14532>. Acesso em: 29 dez. 2024.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: Pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto. **Por terra e território**: caminhas da revolução dos povos. Arataca-BA: Teia dos Povos, 2021.



FESTA LITERÁRIA DAS PERIFÉRIAS (FLUP). Mesa: Confluências e escrituras, muito mais do que rimas. Convidados/as: Conceição Evaristo e Nêgo Bispo. Mediação: Flávia Oliveira. YOUTUBE. 15 de out. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfwBQ>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Educação e Comunicação)

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

ITAU CULTURAL. Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola. 15 de março de 2021. YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

LOSITO, Lucila (Org.). **Mulheres de terra e água**. São Paulo: Elefante, 2022.

LUGONES. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MUNANGA, Kabengele. O papel da universidade na luta contra o racismo e em defesa das políticas afirmativas. In: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo (Orgs.). **Universidade popular e encontro de saberes**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - UnB, 2020, p.59-68.

PAIM, Elisângela Soldateli (Org.). **Resistências e re-existências: Mulheres, territórios e meio ambiente em tempos de pandemia**. São Paulo: Editora Funilária, 2020.

PÔRTO, Valéria. Quilombo Pau D'arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a continuidade coletiva. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra; Sueli Carneiro, 2020, p. 129-144.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da Diáspora Negra ao Território de Terra e Águas: Ancestralidade e Protagonismo de Mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas-BA**. Curitiba: Appris, 2022.

XAKRIABÁ, Célia Nunes. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. **Dissertação de Mestrado**. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB). Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), Universidade de Brasília (UnB), 2018.

## **HISTÓRICO**

**Submetido:** 30 de dezembro de 2024

**Aprovado:** 31 de dezembro de 2024.

**Publicado:** 31 de dezembro de 2024.



### DADOS DO(S) AUTOR(ES)

#### **Rosânia do Nascimento**

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN//UnB). Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).

**ORCID:** (<https://orcid.org/0000-0003-0190-3714>)

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3216163472999088>

**E-mail:** [rosaniaoliveira01@gmail.com](mailto:rosaniaoliveira01@gmail.com)

#### **Marcos Mondardo**

Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2009), doutorado (2012) e pós-doutorado (2020) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor Associado do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política, Geografia Regional, Geografia Agrária e Geografia da América Latina, atuando e pesquisando principalmente com os seguintes conceitos e/ou temas: território e territorialidade; fronteira e migração; regionalização e globalização; povos indígenas e comunidades tradicionais, com livros, capítulos e artigos publicados nessas áreas. É líder do Núcleo de Pesquisa sobre Território e Fronteira (NUTEF/UFGD).

**ORCID:** (<https://orcid.org/0000-0001-8862-8801>)

**E-mail:** [marcosmondardo@yahoo.com.br](mailto:marcosmondardo@yahoo.com.br)

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1205745448514695>

### COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

NASCIMENTO, R.; MONDARDO, M. Apresentação Dossiê - povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: contracolônização, terra-território, corpos e ambientes. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e14946, 2024.